

O primeiro país a pôr em prática ações de ajuda internacional face o avanço do novo coronavírus foi a China, após controlar de forma eficaz a sua primeira curva de contágio. A União Europeia e os EUA, os maiores doadores bilaterais de Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD), ficaram para trás na corrida enquanto tentavam controlar o avanço da doença em território nacional. Em contexto pandêmico, esta dissertação discute o impacto da pandemia do Covid-19 nos programas e projetos de ajuda dos países CAD/OCDE e da China, propriamente no que diz respeito ao orçamento e aos setores estratégicos que cada ator tenderá a priorizar a curto e médio prazo.

Para este propósito, nos capítulos 2 e 3, faz-se uma abordagem histórica da cooperação dos países CAD/OCDE e da cooperação chinesa, respectivamente. Desde a década de 90, a ajuda ocidental é marcada pela política de “seletividade”, ou seja, países com melhores índices de “boa governança” e “redução da pobreza” têm maiores chances de obterem o financiamento. Hoje, países CAD investem prioritariamente nos setores de ajuda humanitária e infraestrutura social, como construção e manutenção de escolas e centros de saúde; diferente da década de 60 quando financiavam projetos de transformação estrutural das economias consideradas “atrasadas”. Ambos setores são essenciais para lidar com as necessidades imediatas impostas pela pandemia do novo coronavírus, mas será que a abordagem ocidental neoliberal é capaz de responder questões estruturais de médio prazo impostas pelo capitalismo?

Já a China vem despontando-se como uma alternativa aos países que pretendem fazer o *catching up*. Se por um lado, continua financiando projetos independente do ambiente sociopolítico do receptor, por outro vem dando oportunidade para que esses transformem suas estruturas produtivas a partir do investimento massivo em infraestrutura e industrialização circunscrito na Iniciativa da Nova Rota da Seda (3.1.3). Além disso, Pequim vem destacando-se como principal parceira comercial do antigo reduto imperial da Europa: O continente africano. Na prática, a cooperação sino-africana vem mesclando ajuda, investimento e comércio, com base na crença do benefício-mútuo de que é possível contribuir para transformar socioeconomicamente países parceiros ao mesmo tempo em que se estimula o crescimento econômico chinês.

Este trabalho dedica maiores esforços à compreensão da cooperação chinesa por reconhecer que ela vem impondo desafios à arquitetura tradicional da ajuda. Sendo assim, no capítulo 4, discorre-se sobre o processo de institucionalização da sua política de ajuda - principal obstáculo enfrentado por Pequim para aumentar a eficácia e efetividade da sua política internacional. A China nunca definiu conceitos, regras próprias e não divulga

relatórios periódicos sobre os dados da sua cooperação. Logo, essa falta de transparência é vista como um obstáculo para medir o impacto da ajuda chinesa na recuperação da crise do Covid-19 e dos projetos da Nova Rota da Seda.

No último capítulo, aborda-se pormenores da crise humanitária, social e econômica que se instaura. Pela primeira vez desde a sua criação, o Índice de Desenvolvimento Humano da ONU deve declinar, com até 100 milhões de pessoas sendo impelidas para a linha da extrema pobreza. Já a pior contração econômica desde a Grande Depressão de 1929 deve levar a uma redução do PIB mundial de até 8% em 2020 (CCSA, 2020). A crise ressalta em especial a vulnerabilidade dos países em desenvolvimento devido à dependência da exportação de produtos de cadeias de valor global e de commodities. Só a África Subsaariana necessitará de \$2 a 3 trilhões para combater a crise do Covid-19 até 2022 segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) (Poel, 2020, pp. 2).

Disserta-se sobre as políticas de ajuda adotadas por doadores CAD/OCDE e pela China para atenuar a crise. E, por fim, questiona-se práticas e princípios de ambos a fim de melhor atender as necessidades dos países em desenvolvimento durante e após a pandemia.